

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO: UMA ANÁLISE NAS OPERAÇÕES DA COMPANHIA DE COMANDOS E OPERAÇÕES ESPECIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

TACTICAL PRE-HOSPITAL CARE: AN ANALYSIS OF THE OPERATIONS OF THE COMMAND AND SPECIAL OPERATIONS COMPANY OF THE MILITARY POLICE OF PARANÁ

ATENCIÓN TÁCTICA PREHOSPITALARIA: UN ANÁLISIS DE LAS OPERACIONES DE LA COMPAÑÍA DE COMANDO Y OPERACIONES ESPECIALES DE LA POLICÍA MILITAR DE PARANÁ

Fábio Vinicius Vitorino Ferreira¹
Vitor Luiz Dias²

RESUMO: O aumento da criminalidade e a complexidade das operações policiais exigem estratégias especializadas de segurança pública, particularmente em situações de altíssimo risco. Este artigo analisa a importância do Atendimento Pré-Hospitalar Tático (APHT) nas operações da Companhia de Comandos e Operações Especiais (COE) da Polícia Militar do Paraná (PMPR), destacando seu papel crítico na preservação de vidas durante missões perigosas. O estudo adotou uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em revisão bibliográfica de artigos, teses e materiais especializados disponíveis em bases como Scielo e Google Acadêmico. A pesquisa demonstrou que o APHT, fundamentado em protocolos como o Tactical Combat Casualty Care (TCCC) e sua adaptação civil (TECC), é essencial para: Reduzir mortes evitáveis em cenários de confronto, priorizando o controle de hemorragias (protocolo MARCH) e estabilização rápida de vítimas; proteger operadores em ambientes hostis, integrando atendimento médico à ação tática; otimizar a eficácia operacional da COE, com treinamento contínuo e adoção de técnicas comprovadas em combate. Conclui-se que o APHT não apenas salva vidas – de policiais e civis –, mas também fortalece a capacidade institucional da PMPR no enfrentamento à criminalidade. A implementação sistemática desse recurso, aliada à formação de multiplicadores, representa um avanço estratégico para a segurança pública no Paraná.

330

Palavras-chave: Atendimento Pré-Hospitalar Tático. Operações Especiais. Polícia Militar. TCCC. Segurança Pública.

¹Especialista em Gestão de Pessoas - PUCRS / Praça da Polícia Militar do Paraná.

²Bacharel em Segurança Pública e Cidadania / Oficial da Polícia Militar do Paraná. Academia Policial Militar do Guatupê.

ABSTRACT: The increase in crime and the complexity of police operations require specialized public safety strategies, particularly in high-risk situations. This article analyzes the importance of Tactical Pre-Hospital Care (APHT) in the operations of the Special Operations and Command Company (COE) of the Paraná Military Police (PMPR), highlighting its critical role in preserving lives during dangerous missions. The study adopted a qualitative and exploratory approach, based on a bibliographic review of articles, theses and specialized materials available in databases such as Scielo and Google Scholar. The research demonstrated that APHT, based on protocols such as Tactical Combat Casualty Care (TCCC) and its civilian adaptation (TECC), is essential to: Reduce preventable deaths in combat scenarios, prioritizing hemorrhage control (MARCH protocol) and rapid stabilization of victims; protect operators in hostile environments, integrating medical care with tactical action; optimize the operational effectiveness of the COE, with continuous training and adoption of combat-proven techniques. It is concluded that the APHT not only saves lives – of police officers and civilians – but also strengthens the institutional capacity of the PMPR in combating crime. The systematic implementation of this resource, combined with the training of multipliers, represents a strategic advance for public safety in Paraná.

Keywords: Tactical Pre-Hospital Care. Special Operations. Military Police. TCCC. Public Safety.

RESUMEN: El aumento de la criminalidad y la complejidad de las operaciones policiales requieren estrategias especializadas de seguridad pública, particularmente en situaciones de muy alto riesgo. Este artículo analiza la importancia de la Atención Prehospitalaria Táctica (APHT) en las operaciones de la Compañía de Operaciones Especiales y Comando (COE) de la Policía Militar de Paraná (PMPR), destacando su papel crítico en la preservación de vidas durante misiones peligrosas. El estudio adoptó un enfoque cualitativo y exploratorio, basado en una revisión bibliográfica de artículos, tesis y materiales especializados disponibles en bases de datos como Scielo y Google Scholar. La investigación demostró que el APHT, basado en protocolos como Tactical Combat Casualty Care (TCCC) y su adaptación civil (TECC), es esencial para: Reducir las muertes evitables en escenarios de combate, priorizando el control de hemorragias (protocolo MARCH) y la rápida estabilización de las víctimas; proteger a los operadores en entornos hostiles, integrando la atención médica en la acción táctica; Optimizar la eficacia operativa del COE, con entrenamiento continuo y adopción de técnicas probadas en combate. Se concluye que el APHT no sólo salva vidas –de policías y civiles– sino que también fortalece la capacidad institucional de la PMPR en el combate a la delincuencia. La implementación sistemática de este recurso, combinada con la formación de multiplicadores, representa un avance estratégico para la seguridad pública en Paraná.

Palabras clave: Atención Prehospitalaria Táctica. Operaciones Especiales. Policía militar. TCCC. Seguridad Pública.

INTRODUÇÃO

O crescimento da criminalidade em suas mais diversas formas exige que a segurança pública adote medidas cada vez mais adequadas e eficientes para enfrentar os desafios impostos

por ações em todo o país e em cada estado da federação. As unidades da Polícia Militar têm a incumbência de promover o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública; no entanto, muitas vezes, seu esforço não é suficiente diante da complexidade das situações que envolvem riscos elevados à sociedade. Para combater efetivamente essas ações criminosas, é imprescindível que os profissionais da segurança pública sejam qualificados para atuar de maneira especializada em casos de alta periculosidade.

Nesse contexto, as unidades de operações especiais das polícias militares, como a Companhia de Comandos e Operações Especiais (COE) do estado do Paraná, desempenham um papel crucial. Essas unidades são treinadas para responder a ocorrências que exigem uma abordagem diferenciada e táticas não convencionais, adaptando-se às características específicas de cada cenário, seja urbano ou rural. A natureza dinâmica da criminalidade contemporânea demanda que as forças de segurança desenvolvam estratégias que não apenas garantam a eficácia das operações, mas que também assegurem a proteção dos policiais envolvidos.

O Atendimento Pré-Hospitalar Tático (APHT), como parte integrante das operações especiais, se destaca como uma ferramenta vital para a resposta a emergências em ambientes de altíssima complexidade. A capacidade de prestar atendimento médico rápido e eficaz em situações críticas pode ser determinante para a sobrevivência de vítimas e para o sucesso das operações. Assim, este estudo busca explorar a importância do APHT na atuação da COE, ressaltando a necessidade de formação contínua e a disseminação de conhecimento entre os operadores, bem como a integração de práticas que visem a eficácia das ações em situações de risco elevado.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é analisar a relevância do APHT nas operações da Polícia Militar do Paraná, destacando como essa abordagem pode contribuir para a segurança pública e a proteção dos profissionais envolvidos nas missões mais críticas. A pesquisa bibliográfica realizada abrangeu artigos, teses e outros materiais relevantes, permitindo uma revisão qualitativa e exploratória sobre o tema, conforme os métodos propostos por Gonsalves (2003) e Gil (1999).

MÉTODOS

Método utilizado neste artigo foi a pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa e exploratória sobre a importância do atendimento pré hospitalar tático para as operações

especiais da Polícia Militar do Paraná, com foco na Cia. Comandos e Operações Especiais (COE), sendo feita por meio de busca sistemática em bases de dados eletrônicas como Scielo, Banco de Teses e Google Acadêmico. Artigos, teses e outros materiais relevantes escritos em português e inglês nos últimos 10 anos foram incluídos, os quais abordam sobre o tema atendimento pré hospitalar tático e operações especiais policiais se aplicam. As buscas foram realizadas utilizando as palavras-chave "APHT", "atendimento pré hospitalar tático", "operações especiais", "Polícia Militar do Paraná", e suas combinações.

DISCUSSÃO

I. O ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO

Em 1989, o NAVSPECWARCOM estabeleceu um programa de pesquisa para conduzir estudos sobre questões fisiológicas e médicas, de modo que atendessem a um curto e médio prazo os operadores SEALs. O atendimento ao trauma no campo de batalha foi um dos assuntos incluídos na pesquisa. (BUTLER JR et al., 2017).

A partir da Guerra do Vietnã e da Batalha de Mogadíscio em 1993, foi apresentada uma alternativa para fornecer o APH ao trauma, (VELIZ et al., 2010), uma vez que a maioria das fatalidades no contexto do combate acontecem antes mesmo dos feridos chegarem aos cuidados de um cirurgião. (BUTLER JR et al., 2017).

Assim, ao término dos esforços que perduraram entre os anos de 1993 à 1996, foi constituído o primeiro conjunto de diretrizes de um protocolo de atendimento a feridos em combate, o TCCC. (BUTLER JR et al., 2017).

No passado, o treinamento de combate a traumas para paramédicos de Operações Especiais era baseado nos princípios ensinados no Curso de Suporte Avançado de Vida em Trauma (ATLS). (BUTLER JR, 2000). No ATLS não há provisão para fatores como escuridão, fatores ambientais, problemas de transporte de vítimas, longos atrasos nos cuidados definitivos, e a necessidade equilibrar a gestão das vítimas com a condução de uma missão de combate em curso, objetivos do TCCC. (BUTLER JR, 2000). (VELIZ et al., 2010).

O TCCC foi adotado pelas forças armadas norte-americanas e se tornou o principal padrão médico de atendimento a feridos nos campos de batalha em todo mundo. (TEMS, 2018). Isso é um reflexo do fato de que a medicina militar estava tentando usar o ATLS em um

ambiente para o qual não foi planejado. (BUTLER JR, 2000).

1.1. Definição de APH

No caso de uma emergência, o gerenciamento rápido e estruturado do ferido é crucial para o seu resultado. (RUESSELER, 2010). O tratamento do trauma é sensível ao tempo. (KONDO et al., 2017). Todas as técnicas estão focadas em tratar pacientes, ou sustentar a vida até que um tratamento médico mais preciso possa começar. (TIPA, 2010).

O APH, então, consiste em todo e qualquer auxílio que é realizado fora de um hospital, através dos meios e métodos disponíveis, buscando uma resposta satisfatória com a finalidade de minimizar danos. (LOPES; FERNANDES, 1999). Requerem pouco tempo de cena, e podem ser realizadas no percurso por equipes médicas de emergência. (KONDO et al., 2017).

2.2 Compressão de tempo (Golden Hour) e o impacto do primeiro atendimento

O trauma é considerado uma doença dependente do tempo, e o início precoce do tratamento definitivo durante a “hora de ouro” após a lesão, é considerada vital para a sobrevivência de pacientes com trauma. (DHARAP, 2017, grifo nosso). A maioria das mortes por trauma ocorre na fase pré-hospitalar. (KHORASANI- ZAVAREH, 2018).

A expressão “hora de ouro” é amplamente atribuída a Cowley. Em um artigo de 1975, ele afirmou que a primeira hora após um trauma determinará em grande parte as chances de sobrevivência de uma pessoa ferida. (ROGERS; RITTENHOUSE, 2014).

O tempo e a capacidade de tratamento são fatores importantes para a sobrevivência de vítimas. No setor civil, o aumento da capacidade e da especialização pré-hospitalar, bem como o rápido transporte para os cuidados cirúrgicos e hospitalares, mostraram melhorar os resultados de trauma. (KOTWAL, 2016, grifo nosso). Cabe aqui a expressão: "o tempo tem qualidade e quantidade". (HAACKER, 1969). A sobrevivência depende de sua quantidade que lhe foi permitida para fazer o atendimento, e igualmente crítica, também é a qualidade no momento da assistência médica. (HAACKER, 1969, grifo nosso).

A diminuição do período de resposta entre a lesão e o tratamento tem grande importância, particularmente na guerra, em que há lesões graves e uma demora no transporte do ferido ao hospital. (KOTWAL, 2016). As situações que ocorrem antes do fornecimento de assistência efetiva a vítimas de combate, ainda é responsável por mais de 90% das mortes nesse

contexto. (CHAMPIONS, 2003, grifo nosso). A expressão de tempos de cena curtos (*scoop and run*) é inteiramente apropriada em alguns casos (por exemplo, grave lesão penetrante). (LOCKEY; DEAKIN, 2005, grifo nosso).

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DO APH NO MUNDO

Napoleão usou ambulâncias durante suas campanhas militares, mas as regulamentações do exército as mantiveram distantes da tropa, e várias horas de percurso de onde a batalha ocorreu. (STRALEN, 2008). O conceito de atendimento pré-hospitalar moderno remonta à introdução das “ambulâncias voadoras” pelo cirurgião particular de Napoleão, Dominique-Jean Larrey, no ano de 1792. (WILLIAMSON, 2011).

Larrey foi solicitado por Napoleão para auxiliar de forma imediata os militares feridos em campanha ainda durante as batalhas (PHTLS, 2016), através das “ambulâncias voadoras”, que eram carruagens puxadas por cavalos, trazendo médicos ou suprimentos médicos para o campo de batalha, e transportando soldados feridos para longe da linha de frente. (WILLIAMSON, 2011).

Larrey viu as consequências do atraso no tratamento de um grupo de feridos que morreram por causa de uma pronta falta de ajuda. Assim, organizou um serviço de ambulância que pudesse auxiliar os feridos no campo de batalha. (WELLING, 2010).

Na guerra de trincheiras da Primeira Guerra Mundial, o Exército dos EUA designou não-médicos para as trincheiras no tratamento de vítimas. Na Segunda Guerra Mundial, os médicos e paramédicos entraram no contexto combate. (STRALEN, 2008).

Todos os sistemas modernos de APH ainda seguem essa ideia de levar o médico ao paciente ou levar o paciente ao médico. (WILLIAMSON, 2011). Porém, a disponibilidade e utilização de tecnologia na medicina pré-hospitalar aumentou exponencialmente nos últimos cinquenta anos e continua evoluindo. (DAVISON; FORBES, 2015).

Alguns países, como a Alemanha e a França, usam sistemas baseados na ideia de levar o médico ao paciente, e o transporte para o hospital fica em um segundo plano. Por outro lado, nos EUA, a premissa adotada é a de levar provedores paramédicos ao local, que são treinados para realizar um número limitado de procedimentos médicos, com ênfase no transporte rápido para o hospital. (WILLIAMSON, 2011).

3. PROTOCOLOS TACTICAL COMBAT CASUALTY CARE (TCCC OU TC₃) E TACTICAL EMERGENCY CASUALTY CARE (TECC)

Em 1996, foi constituído o primeiro conjunto de diretrizes de um protocolo de atendimento a feridos em combate, o TCCC. (BUTLER JR et al., 2017). Esse protocolo trouxe a necessidade de equilibrar a gestão das vítimas, com a condução de uma missão de combate em curso. (BUTLER JR, 2000).

O TCCC foi adotado pelas forças armadas norte-americanas e se tornou referência no atendimento de feridos nos campos de batalha em todo mundo (TEMS, 2018), e apresenta três objetivos principais: tratar a vítima, prevenir baixas adicionais e completar a missão. (VELIZ et al., 2010). Não adianta ter uma boa medicina, com um bom atendimento ao ferido, porém com estratégias de combate ruins. O TCCC aliou esses dois aspectos. (BUTLER JR, 2017).

O TCCC divide o atendimento em três fases com base na situação tática. Durante uma ameaça hostil ativa, a atenção é focada principalmente na eliminação da ameaça. À medida que o risco diminui, o foco crescente é aplicado para fornecer os melhores cuidados médicos possíveis para as vítimas. (BLACKBOURNE, 2012).

Care Under Fire (CUF) é o cuidado prestado no local da lesão, enquanto o operador e a vítima ainda estão sob fogo hostil. (BUTLER JR, 1996, grifo nosso). O melhor remédio em qualquer campo de batalha é a superioridade de fogo. (TEMS, 2018). A segunda fase é denominada *Tactical Field Care*. Esta fase distingue-se do CUF, por ter mais tempo para prestar o atendimento, além de um nível de risco menor de ameaças hostis. A quantidade de tempo disponível para prestar assistência pode ser bastante variável. Em alguns casos, o *Tactical Field Care* consistirá no tratamento rápido de feridas, pela expectativa de um reengajamento de ameaças hostis a qualquer momento. (BUTLER JR, 1996, grifo nosso). *Tactical Evacuation Care* consiste na rápida evacuação de baixas militares do campo de batalha, para níveis mais avançados de atendimento e suporte de vida. É uma missão crucial para preservar a vida das vítimas em condições críticas. (BLACKBOURNE, 2012).

TECC é a adaptação civil do TCCC. (TEMS, 2018, grifo nosso). Em 2010, o C-TECC se tornou um grupo de desenvolvimento de estudos relativos à prestação de cuidados de trauma em ambientes pré-hospitalares civis de alta ameaça. (PENNARDT, et al., 2016). Ao explorar a experiência militar, o C-TECC foi capaz de explicar as diferenças significativas do contexto civil. (CALLAWAY, et al., 2015).

O TECC se concentra mais na resposta à aplicação da lei, situações de sujeito barricado, resgate de reféns, atirador ativo. (TEMS, 2018). Os cenários operacionais e os níveis relativos de ameaça, geram intervenções clínicas. As três fases do TECC são modeladas a partir do TCCC, e representam as “lições aprendidas” traduzidas do combate, e sua aplicação ao contexto civil de alta ameaça. As três fases são chamadas de: *Direct Threat Care*, *Indirect Threat Care* e *Evacuation*, e têm semelhança com as fases do TCCC. (CALLAWAY, et al., 2011).

As diretrizes do TECC convergem para a criação de modelos de resposta integrada, às ameaças, com ações conjuntas entre policiais e bombeiros. Além disso, também refletem que, no cenário civil, a maioria das missões de grande risco, são as missões de resgate a acidentes e aos desastres. (CALLAWAY, 2017).

4.1 Acrônimo MARCH

De acordo com o Manual de Campanha de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) Básico do Exército Brasileiro, o atendimento em campo tático implementou diversos protocolos para atender agentes em ambientes bélicos. Entre os protocolos estabelecidos, destaca-se o uso do acrônimo MARCH para a avaliação do paciente, que se caracteriza pela abordagem gradual e sequencial, visando estabilizar o ferido e evacuar a vítima da zona de fogo. A medicina de combate é representada pelo acrônimo que abrange os seguintes aspectos: Sangramento massivo, Vias aéreas, Respiração, Circulação e Lesão na cabeça.

O acrônimo MARCH é desdobrado da seguinte forma:

- M:** (massive bleeding) - sangramento massivo;
- A:** (airway management) - gerenciamento das vias aéreas;
- R:** (respiration) - respiração;
- C:** (circulation) - circulação;
- H:** (head injury and hypothermia) - lesão na cabeça e hipotermia.

No contexto brasileiro, o protocolo MARCH é oferecido em três níveis de cursos. O primeiro nível é o básico, que não exige habilidades técnicas avançadas ou conhecimentos prévios na área da saúde, e é ministrado em várias unidades especializadas em todo o Brasil, como ROTAM, CHOQUE e BOPE (BRASIL, 2018). O segundo nível é destinado a profissionais que atuam em unidades específicas, seja devido à localização, ao grau de periculosidade ou por possuírem uma ação estratégica, como o Esquadrão Antibombas, e requer habilidades mais avançadas (BRASIL, 2018). Por fim, o terceiro nível consiste em um curso avançado e especialização, disponível apenas para profissionais já habilitados, como médicos,

enfermeiros ou policiais que tenham completado o Curso de Operações Especiais (BRASIL, 2018).

Nesse contexto, o MARCH é uma sequência de atendimento amplamente utilizada na medicina de combate. Os procedimentos a serem seguidos incluem:

- I - Aplicação de torniquete;
- II - Garantia das vias aéreas;
- III - Descompressão torácica com agulha;
- IV - Acesso venoso periférico;
- V - Acesso intraósseo;
- VI - Prescrição tática (BRASIL, 2018, s.p.).

Assim, a sequência inicia-se com o controle da hemorragia, uma vez que esta é a causa mais comum de baixas militares durante um conflito direto. Após a evacuação da vítima da área de fogo, inicia-se um processo de atendimento para garantir que o ferido permaneça minimamente estabilizado (PINTO, 2021).

5 AS OPERAÇÕES ESPECIAIS

O conceito de Operações Especiais (O. E.'s), segundo a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), são atividades militares realizadas por forças designadas, organizadas, treinadas e equipadas utilizando técnicas e modos de ação não habituais para as tropas regulares. Conceitua-se operações especiais como o conjunto de ações, onde um efetivo reduzido e engajado, ocultamente por um período que pode chegar até muitas semanas, é levado a realizar ações para obter resultados estratégicos e decisivos em contextos hostis.

Outros conceitos apresentam as Operações Especiais como intervenções/operações cujas resoluções ultrapassem os meios normais de atuação, ocorrências de incidentes táticos críticos, ainda em situações de violência com elevado perigo, complexidade e risco. Porém, isto não é um entendimento aceito por todos, por ser um conceito muito amplo, acabam englobando unidades e grupos que levam o nome "Especiais" por possuírem determinada especialidade.

Enquanto situações de "alto risco" envolvem um grau significativo de perigo e exigem uma resposta rápida e eficaz por parte das forças policiais e militares, os cenários considerados de "altíssimo risco" representam um nível ainda mais elevado de ameaças, geralmente caracterizado por circunstâncias extremamente perigosas e desafiadoras. Desta forma, os riscos são ainda maiores, demandando um planejamento minucioso, equipamentos especializados e equipes altamente treinadas para lidar com as complexidades e imprevisibilidades inerentes as

situações. A grande distinção entre “alto e altíssimo risco” reside, portanto, na intensidade e na iminência das ameaças enfrentadas, bem como na necessidade de uma resposta ainda mais assertiva e aceitável por parte das operações especiais.

Para o Ministério da Defesa do Brasil, órgão responsável por exercer a direção superior das Forças Armadas, conceitua-se “Operações Especiais”:

Operações conduzidas por forças militares especialmente organizadas, treinadas e equipadas, em ambientes hostis, negados ou politicamente sensíveis, visando atingir objetivos militares, políticos, psicossociais e/ou econômicos, empregando capacitações militares específicas não encontradas nas forças convencionais. Podem ser conduzidas de forma singular, conjunta ou combinada, normalmente em ambientes de interações, em qualquer parte dos conflitos (BRASIL, 2020, p. 181)

6 AS OPERAÇÕES ESPECIAIS NAS ATIVIDADES POLICIAIS

As Operações Especiais surgem nas polícias diante das evoluções dos crimes, bem como, o crescimento das ocorrências não convencionais, o que passou a exigir mais das organizações policiais, que não dispunham de equipes especiais para lidar com situações envolvendo terroristas, indivíduos mentalmente perturbados, distúrbios civis, reféns, etc. Assim, em eventos tidos como críticos, sendo de alto risco e anormais, as organizações agiam de modo improvisado, visto que não possuíam treinamento especiais.

A crescente violência urbana nos Estados Unidos da América (EUA), forçou a criação de uma estrutura para enfrentar o cenário cada vez mais caótico. Após alguns fatídicos episódios, onde as polícias não conseguiram fornecer uma resposta aceitável, foi provocado pela Polícia de Los Angeles a criação de uma equipe especializada para atendimento de ocorrências não convencionais, pontuando que não realizariam investigação ou patrulha, mas sim, seriam uma unidade de pronto emprego, a ser acionada como última resposta quando os recursos locais não fossem suficientes. Assim, surgiu o projeto da criação da SWAT (*Special Weapons and Tactics* - Táticas e Armas Especiais), baseado na doutrina de “commandos”, composto por policiais que possuíam treinamentos militares e experiências operacionais. A validação do grupo, conhecido como batismo de fogo da SWAT, teve seu registro em 1969, quando em cumprimento de ordens judiciais a um perigoso grupo teve uma ação que demorou aproximadamente quatro horas e obteve um resultado aceitável, fez com que a nova estrutura ganhasse fama em todo país.

Um fator preponderante desde a concepção da SWAT na cidade de Los Angeles, deixou claro a nova forma de emprego das Operações Especiais, no contexto policial:

Ainda que originalmente adestrada com técnicas tipicamente militares –

principalmente as dos Fuzileiros Navais –, a “SWAT”, conforme bem acentuou Daryl F. Gates, era uma unidade policial e, nestes termos, buscava a preservação da vida e não a destruição do inimigo. No campo militar, as forças especiais visam vencer uma batalha, vencer a guerra e se pessoas são mortas durante esse processo, tais fatos são considerados “baixas de guerra”. Já no contexto policial, cada vez que um policial aperta o gatilho surge uma investigação paralela, a fim de se apurar se a conduta do agente foi ou não lícita. Daí os motivos que nos levam a concluir que todo ensinamento tático de cunho militar absorvido pelos policiais deve ser adaptado para os padrões civis que pautam o seu âmbito de atuação, já que, embora similar, a repressão ao crime não pode, pelos nossos parâmetros legais, ser equiparada a uma operação de guerra.

Segundo Lessa (2020), os grupos dessa natureza são considerados o último recurso que a polícia tem para resolver situações críticas, portanto eles não realizam patrulhamento, investigação e rondas, mas sim, apoiam os que fazem.

Assim as Operações Especiais podem ser divididas em dois conceitos: natureza Militar e natureza Policial:

1- OPERAÇÕES ESPECIAIS DE NATUREZA MILITAR: as tropas de natureza militar são treinadas para atuar em situações de paz, conflito e, principalmente, de guerra. Os objetivos giram em torno da destruição do inimigo, obtida através de infiltração, sabotagens, espionagem, técnicas de guerrilha, destruição de alvos sensíveis, destruição de linhas de comunicação e suprimentos. Agem no resgate de prisioneiros e na captura de pessoal ou material. Os alvos podem ser militares, políticos e econômicos.

2- OPERAÇÕES ESPECIAIS DE NATUREZA POLICIAL: tem por objetivos salvar vidas e fazer cumprir a lei, não sendo seu principal foco matar o inimigo ou causar destruição. Suas missões e seu propósito são desarticular organizações criminosas, findar conflitos, capturar criminosos, resgatar reféns, retomar pontos e instalações, fazer segurança de pessoas e lugares, sobreviver em ambientes hostis. A morte ocorre apenas em legítima defesa, própria ou de outrem, ou quando a lei assim permitir, através das excludentes de ilicitude.

7 AS OPERAÇÕES ESPECIAIS NAS ATIVIDADES POLICIAIS NO BRASIL

No Brasil, quando se fala de segurança pública, ou seja, atividade policial, as operações especiais surgem da mesma corrente da SWAT americana, onde o objetivo é a resposta aceitável para ocorrências de cunho não convencional. Fundamentados na doutrina de “commandos”, as tropas de operações especiais de natureza policial brasileiras são para executar ações específicas na segurança pública, inclusive com peculiaridades de cada região.

Existem muitas vaidades e dúvidas em relação ao surgimento das primeiras tropas de operações especiais policiais no Brasil, de acordo com Junior e Hoinatski a criação de unidades de Operações Especiais na Polícia Militar do Paraná, surgiu no ano de 1964 - Companhia de Operações Especiais, no Estado de São Paulo em 1970 - Comandos e Operações Especiais, no Estado do Rio de Janeiro em 1978 - Núcleo da Companhia de Operações Especiais e berço do Batalhão de Operações Policiais Especiais e em Minas Gerais no ano de 1987 - Companhia de Operações Especiais, atual Batalhão de Operações Policiais Especiais, dentre outros estados.

No âmbito do Departamento de Polícia Federal, em 1987 foi criado o Comando de Operações Táticas (COT), assim como diversos Grupos Táticos foram criados no âmbito das Polícias Civis em todo o Brasil.

No contexto do emprego das missões de O.E's, é importante compreender como se dão as operações especiais na prática em uma situação não convencional no Brasil.

A definição mais utilizada para crise é encontrada nas polícias, sendo a teoria da Academia Nacional do FBI (*Federal Bureau of Investigation*) onde, crise é um evento ou situação crucial, que exige uma resposta especial da polícia, a fim de assegurar uma solução aceitável. Entretanto, o conceito adotado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP diz que, crise é uma manifestação violenta e inesperada de rompimento do equilíbrio, da normalidade, podendo ser observada em qualquer atividade humana.

Dentro deste cenário hostil, as ocorrências são de roubos em instituições financeiras, resgate de reféns, suicidas armados, desativação de artefatos explosivos, combate ao crime organizado e narcotráfico, patrulhamento em locais de alto risco, captura de criminosos de alto potencial ofensivo em locais de difícil acesso, domínio de cidades e novo cangaço, nas quais os Batalhões de Operações Especiais (BOPE) se tornam responsáveis para concluir as missões. Carvalho (2023), em sua pesquisa de campo pode constatar que em grande parte do território nacional, as unidades de operações especiais possuem alta semelhança quanto ao emprego e realização das missões destinadas à restauração da ordem pública.

Para que se possa findar uma situação de crise, são empregadas durante as missões de operações especiais alternativas táticas, as quais, no Brasil são comumente denominadas de:

- Negociação em crises;
- Técnicas e Táticas não letais;
- Tiro de comprometimento (Atirador de Precisão Policial);
- Invasão tática;
- Combate a facções criminosas;

Roubos a instituições financeiras;
Incidentes com artefatos explosivos.
Sabendo que tais eventos críticos necessitam de uma resposta aceitável da polícia, destaca-se que é de extrema importância a tríade das operações especiais, que evidencia o homem, equipamento e treinamento, para que para tais tarefas complexas sejam subsidiadas em suas ações

8 AS OPERAÇÕES ESPECIAIS NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ

A Polícia Militar do Paraná (PMPR) é caracterizada como uma entidade estatal, contínua e regular, que se insere no contexto do Estado. Em colaboração com outras instituições que compõem o sistema de segurança pública, a PMPR é responsável por implementar ações que visam garantir a ordem pública e o pleno funcionamento das instituições democráticas, sob a supervisão da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) (Paraná, 1989; Paraná, 2023).

Dentro da estrutura da Polícia Militar do Paraná, as operações especiais são planejadas e organizadas pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE). Este batalhão atua como um órgão de execução das atividades-fim, encarregado de ensino, planejamento, organização, gestão, controle e implementação das operações especiais em todo o Estado (Paraná, 2010). O BOPE pode ser visto como uma força de resposta sob a autoridade do Comandante-Geral, subordinada ao Comando de Missões Especiais (CME), que é um órgão de execução intermediária, responsável perante o Subcomandante-Geral. Este comando inclui também os policiamentos especializados, como o Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas (BPMOA), o Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron), o Batalhão de Polícia de Choque (BPChq), o Batalhão de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (BPRONE) e a Companhia Independente de Polícia Militar de Rondas Ostensivas com Aplicação de Motocicletas (CIROCAM) (Paraná, 2022).

Dessa forma, observa-se que as atividades realizadas pela Polícia Militar do Paraná, especialmente aquelas sob a responsabilidade da Companhia de Comandos e Operações Especiais (COE), que integra o BOPE, diferem significativamente das operações das tropas convencionais, tanto em termos estratégicos e técnicos quanto no aspecto físico. Assim, devido às particularidades dos atendimentos e à especificidade do treinamento, os policiais militares que atuam em operações especiais necessitam de constante aprimoramento técnico e físico, além de suporte adequado em termos de fardamento, armamento, equipamentos e treinamento especializado. Portanto, é fundamental compreender a estrutura dessa Companhia e as

características de suas atividades.

9 AS OCORRÊNCIAS ATENDIDAS PELO COE

De acordo com Proença Junior e Muniz (2017), a atuação tática das operações especiais da polícia é compreendida através das situações que exigem a intervenção da Companhia, frequentemente em cenários onde os policiais militares precisam empregar a força contra a criminalidade armada. Os métodos utilizados nas operações especiais policiais seguem certos parâmetros, pois essa atuação só é válida dentro de contextos específicos, como quando a polícia deve tomar a iniciativa e agir decisivamente para combater a criminalidade. Dessa forma, a natureza das ações em operações especiais requer uma análise minuciosa, na qual são definidas as características dessas operações. Portanto, é essencial entender o que essas operações envolvem.

Segundo Bettini e Tomazi (2009), e conforme conceitua Proença Junior (2006, p. 27), no atual cenário de combate ao crime, as operações especiais “referem-se à ação dos policiais em corpos táticos em três situações principais: o resgate de reféns, o apoio a policiais diante de resistência armada e a execução de mandados de alto risco”. Oliveira Junior e Hoinatski (2023) definem essas ações como intervenções de segurança pública realizadas por meio de operações reativas ou proativas de alto risco, que vão além do padrão operacional cotidiano da Polícia Militar. Essas operações podem ser conduzidas de maneira singular ou conjunta, de forma ostensiva ou discreta, por elementos especialmente selecionados e treinados, utilizando logística adequada e técnicas, táticas e procedimentos (TTPs) específicos, em qualquer bioma do Estado do Paraná, seja em terra, água ou ar, em qualquer circunstância geográfica e climática, com o objetivo de salvar vidas e aplicar a lei.

Entretanto, Proença Junior e Muniz (2017) ressaltam que as operações especiais policiais não devem ser limitadas apenas a situações de alto risco e potenciais vitimizações e letalidade, mas também devem abranger situações-tipo que refletem as diretrizes estabelecidas por uma política de segurança pública.

Em resumo, no contexto da Polícia Militar do Paraná (PMPR), o Batalhão de Operações Especiais inclui a Companhia de Comandos e Operações Especiais (COE), que assume a responsabilidade por ações relacionadas ao combate ao terrorismo; resgates de reféns; intervenções em ocorrências com potenciais suicidas armados e incidentes com atiradores

ativos; desarticulação de organizações criminosas em colaboração com agências de inteligência; cumprimento de mandados judiciais de alto risco; proteção de autoridades em eventos, após análise de risco; realização de escoltas especiais; além de rastreamento e busca de indivíduos em áreas como matas, florestas, rios, lagos, montanhas e mares; e defesa e retomada de pontos sensíveis que possam ser alvo de ações criminosas (Paraná, 2011).

Diante disso, observa-se que os policiais militares que atuam nas operações especiais são convocados para lidar com ocorrências prolongadas, que podem ocorrer em ambientes hostis, exigindo agentes com elevado preparo físico e psicológico, além de fardamento e armamento específicos, que são fundamentais para atender às demandas de suas funções. A utilização de camuflagem nesses itens é, portanto, essencial para a proteção do efetivo.

10 HISTÓRICO E APLICAÇÃO DO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO (APHT) NA COMPANHIA COMANDOS E OPERAÇÕES ESPECIAIS DO PARANÁ (COE/PMPR)

Na Companhia Comandos e Operações Especiais, o APHT foi adotado como APH Policial, integrando-se como especialidade dentro das divisões internas. O COE desempenha papel fundamental na aplicação do protocolo esta unidade não apenas aplica o protocolo MARCH durante as operações, mas também desempenha um papel fundamental como gestora do conhecimento dentro da PMPR. Ainda, promove cursos de habilitação e para multiplicadores de conhecimento, capacitando outros policiais e instituições parceiras. Além de certifica novos materiais e técnicas aplicáveis, garantindo que as melhores práticas sejam adotadas.

344

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob o aporte teórico dos estudos analisados, os resultados demonstram que a implementação do Atendimento Pré-Hospitalar Tático (APHT) pela Companhia de Comandos e Operações Especiais (COE) é fundamental para a eficácia das operações em situações de altíssimo risco. Pode-se concluir que o APHT, ou APHP, não apenas melhora a capacidade de resposta em emergências policiais, mas também é uma estratégia vital para a proteção dos policiais e para o alcance dos objetivos propostos nas ações.

A formação contínua e a disseminação do conhecimento sobre APHT são essenciais

para garantir que todos os operadores da COE estejam preparados para enfrentar os desafios impostos por ocorrências críticas. O treinamento adequado, aliado à utilização de técnicas baseadas no protocolo TCCC, proporciona aos policiais as habilidades necessárias para prestar atendimento eficaz em ambientes hostis, onde a rapidez e a precisão podem salvar vidas.

Além disso, a integração do APHP nas práticas operacionais do COE reflete uma evolução na abordagem da segurança pública, reconhecendo a importância do atendimento médico em situações de combate e emergências. O conhecimento adquirido e disseminado pela COE deve ser visto como um recurso estratégico, que, se aplicado corretamente, pode resultar em uma significativa redução de fatalidades entre os operadores e civis.

Diante do crescimento da criminalidade e da complexidade das situações enfrentadas pelas forças de segurança, a adoção de práticas de APHP se torna cada vez mais relevante. A formação de multiplicadores de conhecimento e a certificação de técnicas e materiais são passos cruciais para garantir que as melhores práticas sejam amplamente adotadas, contribuindo assim para a eficácia das operações e a segurança pública em geral.

Portanto, pode-se afirmar que o APHP desempenha um papel essencial nas operações do COE, não apenas como um meio de atendimento especializado, mas como um componente estratégico que fortalece a atuação da Polícia Militar do Paraná frente aos desafios contemporâneos da segurança pública.

REFERÊNCIAS

BERRIA, Juliane; DARONCO, Luciane Sanchotene Etchepare; BEVILACQUA, Lidiane Amanda. **Aptidão motora e capacidade para o trabalho de policiais militares do batalhão de operações especiais**. Salusvita, Bauru, v. 31, n. 2, p. 89-104, 2011.

BETINI, Eduardo Maia e TOMAZI, Fabiano. **COT : Charlie. Oscar. Tango : por dentro do grupo de operações especiais da Polícia Federal** / Eduardo Maia Betini, Fabiano Tomazi. -- São Paulo : ícone, 2012.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Edusp, 2003.

BLACKBOURNE, L. H., et al. Military medical revolution: Prehospital combat casualty care. **The Journal of Trauma and acute care surgery**. V. 73, Ed. 6, p. 372-277, 2012.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Ministério da Defesa. Estado-maior conjunto das Forças Armadas. Doutrina de**

operações conjuntas. 1. vol. (md30-m-01). 2. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Doutrina de Operações Conjuntas.** 1. vol. (MD30-M-01). 2. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

BUTLER JR., F. K. Tactical medicine training for SEAL mission commanders.

Military Medicine. V. 166, Ed. 7, p. 625-631, Jul. 2001. Disponível em: <<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/medical/tacmed-butler.htm>>. Acesso em: 28/04/2025.

BUTLER JR., F. K. Two Decades of Saving Lives on the Battlefield: Tactical Combat Casualty Care Turns 20. **Military Medicine.** V. 182, p. 1563-1568, Mar./Abr. 2017. DOI: 10.7205/MILMED-D-16-00214. Disponível em:

<<https://academic.oup.com/milmed/article/182/3-4/e1563/4099581>>. Acesso em: 28/04/2025.

BUTLER JR., F. K. Tactical Combat Casualty Care: Beginnings. **Wilderness & Environmental Medicine.** V. 28, Ed. 2, p. 12-17, Jun. 2017.

DOI: 10.1016/j.wem.2016.12.004. Disponível em: <[https://www.wemjournal.org/article/S1080-6032\(16\)30284-8/fulltext](https://www.wemjournal.org/article/S1080-6032(16)30284-8/fulltext)>. Acesso em: 30 abr. 2025.

CARVALHO, Lucius Paulo de. **Caveira: operações policiais especiais.** Florianópolis: autor independente, 2021.

CARVALHO, L. P. de. **Operações policiais especiais: uma análise sobre a percepção da prática da liderança em contextos perigosos.** (Universidade do estado de Santa Catarina centro, 2023).

CALLAWAY, et al. Tactical emergency casualty care (TECC): guidelines for the provision of prehospital trauma care in high threat environments. **Journal Of Special Operations Medicine.** V. 11, Ed. 3, p. 104-122, 2011.

CALLAWAY, et al. The Committee for Tactical Emergency Casualty Care (C-TECC): Summer Update. **Journal Of Special Operations Medicine.** V. 15, Ed. 2, p. 168- 170, 2015.

CALLAWAY, D. W. Translating Tactical Combat Casualty Care Lessons Learned to the High-Threat Civilian Setting: Tactical Emergency Casualty Care and the Hartford Consensus. **Wilderness & Environmental Medicine.** V. 28, Ed. 2, p. 140-145, 2017.

COLLINS, P. A.; GIBBS, A. C. Stress in police officers: a study of the origins, prevalence and severity of stress-related symptoms within a county police force. **Occupational Medicine.** V. 53, Ed. 4, p. 256-264, 2003.

CHAMPION, H. R., et al. A profile of Combat Injury. **The Journal Trauma – Injury, Infection and Critical Care.** V. 54, Ed. 5, p. 13-19, 2003.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COIMBRA, P. A. M. **O gerenciamento de crises policiais em ocorrências envolvendo tentativas de suicídio – uma definição de papéis**. revista preleção - publicação institucional da Polícia Militar do Espírito Santo - assuntos de segurança pública - ano v. n. 10, ago. 2011.

CORREA, Luiz Carlos. **Comandos e Operações Especiais: PMPR-COE 1964-1974**. 8. ed. Curitiba: Editora Playtime, 2022.

COTTA, F. A. **Protocolo de intervenção policial especializada: uma experiência bem-sucedida da Polícia Militar de Minas Gerais na gestão de eventos de defesa social de alto risco**. revista brasileira de segurança pública | ano 3 edição 5 ago/set 2009.

DA SILVA, Rossi Murilo. Uso de fuzis desafia serviços de emergência. **Estadão**. São Paulo, 4 out. 2015. Entrevista. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,uso-de-fuzis-desafia-servicos-de-emergencia,1774010.amp>>. Acesso em: 30/04/2025.

DE OLIVEIRA Junior, i. & HOINATSKI, C. **Operações especiais policiais na Polícia Militar do Paraná: uma proposta de modernização do marco legal para o fortalecimento do core business do batalhão de operações policiais especiais**. *brazilian j. dev.* 9, 29969–30017 (2023).

DAVISON; FORBES. Pre-hospital medicine: a glimpse of the future. **Australasian Journal of Paramedicine**. V. 12, Ed. 5, p. 1-3, 2015.

DHARAP, S. B., et al. Does prehospital time affect survival of major trauma patients where there is no prehospital care?. **Jounal of Postgraduate Medicine**. V. 63, Ed. 3, p. 169-175, 2017.

ESCUADERO, Tiago Gonçalves. **Gerenciamento de crise – a interferência externa na atuação policial**. 6 fev. 2019. disponível em: <https://jus.com.br/artigos/74386>. acesso em 07 fev. 2025.

GERHARDT, T. E. (Org.); SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversando sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Alínea, 2003.

HAACKER, L. P. Time and its effects on casualties in World War II and Vietnam. **Archives of surgery**. V. 98, Ed. 1, p. 39-40, 1969.

HOINATSKI, Cezar. **A identificação de Refém ou Vítima na Crise como Diretor das Alternativas Táticas: A Necessidade do Critério Técnico no Processo Decisório**. In: SILVA, Luciano Loiola. **Tópicos Emergentes em Operações Especiais Policiais e Ações Táticas**. Brasília: Ultima Ratio, 2021

KHORASANI-ZAVAREH, D., et al. Factors influencing pre-hospital care time intervals in Iran: a qualitative study. **Journal Injury & Violence**. V. 10, Ed. 2, p. 83-90, 2018.

KONDO, Y., et al. Effects of advanced life support versus basic life support on the mortality rates of patients with trauma in prehospital settings: a study protocol for a systematic review and meta-analysis. **BMJ Open**. V. 7, Ed. 10, p. 1-5, 2017.

KOTWAL, R. S., et al. The Effect of a Golden Hour Policy on the Morbidity and Mortality of Combat Casualties. **Original Investigation**. V. 151, Ed. 1, p. 15-24, 2016.

LESSA, Marcelo de Lima. **aspectos históricos da doutrina de operações policiais especiais**. revista jus navigandi, issn 1518-4862, teresina, ano 25, n. 6063, 6 fev. 2020. disponível em: <https://jus.com.br/artigos/70124>. acesso em: 28 mar. 2025.

LOCKEY; DEAKIN. Pre-hospital trauma care: systems and delivery. **Continuing education in anaesthesia critical care & pain**. V. 5, Ed. 6, p. 191-194, 2005.

LOPES, S. L. B.; FERNANDES, R. J. Uma breve revisão do atendimento médico pré-hospitalar. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 32, p. 381-387, out./dez. 1999.

MARCOU, D. Street Survival: The survival triangle. **Police One**. 2019. Disponível em: <<https://www.policeone.com/street-survival-dan-marcou/articles/483461006-Street-Survival-The-survival-triangle/>>. Disponível em: 30/04/2025.

MCCAFFERTY, F. L., et al. Stress and suicide in police officers: paradigm of occupational stress. **Southern Medical Journ**. V. 85, Ed. 3, p. 233-243, 1992.

348

MELLO, C. M. de A.; NUMMER, F. V. **Policial Militar: uma profissão de risco**. Trabalho apresentado na 29. Reunião Brasileira de Antropologia, Natal, 2014. Disponível em:

<http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401917965_ARQUIVO_ArtigoRB_A2014CesareFernanda.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2025.

MINAYO, M. C. de S.; ADORNO, S. Risco e (in)segurança na missão policial. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 585-593, 2013.

NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS

(NAEMT). **PHTLS – Atendimento Pré-hospitalar no Trauma**. 8ª ed. Burlington/MA: Jones & Bartlett Learning, 2016.

NATIONAL ASSOCIATION OF EMERGENCY MEDICAL TECHNICIANS

(NAEMT). **PHTLS – Atendimento Pré-hospitalar no Trauma**. Military 8ª ed. Burlington/MA: Jones & Bartlett Learning, 2016.

OLIVEIRA, H. W. S. **Sobrevivência Policial: morrer não faz parte do plano**. Uberlândia: Edição do autor, 2018.

OLIVEIRA JUNIOR, Ilson de; HOINATSKI, Cezar. **Operações especiais policiais na Polícia Militar do Paraná: uma proposta de modernização do marco legal para o fortalecimento do Core Business do Batalhão de Operações Policiais Especiais**. Brazilian Journal of Development. Curitiba, v. 9, n. 11, p. 29969-30017, nov. 2023.

OLIVEIRA JUNIOR, Ilson; SANTOS, Franck Cione Coelho. **Inteligência Artificial e Policiamento Preditivo: possibilidades de inovação tecnológica para a Polícia Militar do Paraná no enfrentamento a crimes violentos contra o patrimônio com emprego de explosivos**. Brazilian Journal of Technology, v. 1, p. 030-062, 2022.

OSTROWSKI, K., et al. The implementation of TCCC medical supplies in medical rescue teams. **Journal of public health, nursing and medical rescue**. V. 1, p. 11-14, 2016.

PARANÁ. Constituição do Estado do Paraná. **Diário Oficial do Estado do Paraná nº 3.116**, de 5 de outubro de 1989. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=9779&codItemAto=97783>. Acesso em: abr. 2025.

PARANÁ. **Decreto nº 11.626, de 1º de julho de 2022**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/decreto-n-11626-2022-parana-cria-o-batalhao-de-policia-de-rondas-ostensivas-de-natureza-especial-bprone-e-da-outras-providencias>. Acesso em: abr. 2025.

PARANÁ. Decreto nº 16.316, de 27 de outubro de 1964. **Aprova os Quadros de Organização e Distribuição de Pessoal da Polícia Militar do Estado (REVOGADO)**. Diário Oficial do Estado do Paraná, nº 198, de 31 de outubro de 1964.

349

PARANÁ. Decreto nº 8.627, de 27 de outubro de 2010. **Criado o Batalhão de Operações Especiais (BOPE)**. Diário Oficial do Estado do Paraná, nº 8.332, de 27 de outubro de 2010. PARANÁ. Lei nº 21.352, de 1º de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=219774&indice=1&totalRegistros=1&dt=29.0.2020.15.2.58.882>. Acesso em: abr. 2025.

PMPR -POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Diretriz no 006-PM3 -**Estruturação e Doutrina de Emprego do Comandos e Operações Especiais (COE) do BOPE**. Curitiba: PMPR, 2011.

PROENÇA JUNIOR, Domício; MUNIZ, Jacqueline. **Operações Especiais Policiais e Segurança Pública**. Rev. Bras. Segur. Pública, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 82-198, ago./set. 2017.

PROENÇA JUNIOR., Domício. **Conceitos, Métricas e Metodologia da Avaliação do Desempenho Policial em Operações Especiais: Relatório de Pesquisa**. Brasília: MJ/SENASP, abril 2006.

PENNARDT, et al. Integration of Tactical Emergency Casualty Care Into the National Tactical Emergency Medical Support Competency Domains. **Journal Of Special Operations Medicine**. V. 16, Ed. 2, p. 62-66, 2016.

SILVA, J. P. F. da. **Como nasce um "caveira": o sofrimento como instrumento na formação de um policial de operações especiais de uma corporação Policial Militar do Brasil.** o alferes, Belo Horizonte, 75 (29): 98-119, jul/dez. 2019.

ROCHA, Felipe Costa Santos. **Emprego das Tropas de Operações Especiais das Polícias Militares na repressão às Organizações Criminosas.** In: SOUSA, Hendrio Inandy Jose; LEIMGRUBER, Mônica Pinto; LOPES, Yuri Fonseca. *Inteligência, Segurança Pública, Organização Criminosa.* Brasília: Gráfica Movimento, 2020.

ROGERS; RITTENHOUSE. The Golden Hour in trauma: dogma or medical folklore?. **The Journal of Lancaster General Hospital.** V. 9, Ed. 1, p. 11-13, 2014.

RUESSELER, M., et al. Simulation training improves ability to manage medical emergencies. **Emergency Medicine Journal: EMJ.** V. 27, Ed. 10, p. 734-738, 2010.

SILVA, Diego Peixoto da; MENDONÇA, Mickael Marcius Sampaio de; ROCHA, Renan Barros da; PADILHA, Wanderson Lemes; MONTEIRO, Sávio Pellegrini. **Curso de Operações Especiais Policiais da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso –COESP: análise motivacional sobre a evasão.** RHM, v. 18, n. 1, jan./jun. 2018.

STRALEN, D. The origins of EMS in Military Medicine. **Journal of Emergency Medical Services.** 2008. Disponível em: <<https://www.jems.com/articles/supplements/special-topics/war-trauma/origins-ems-military-medicine.html>>. Acesso em: 30/04/2025.

TEMS, Committee. Tactical emergency casualty care vs tactical combat casualty care. **InfoBrief International Public Safety Association.** V. 1, p. 1-16, 2018. Disponível em: <<https://www.joinipsa.org/resources/International%20Public%20Safety%20Association%20InfoBrief%20TECC%20v%20TCCC.pdf>>. Acesso em: 28/04/2025.

350

TIEMANN, Cristófer; SCHELAVIN, José Ivan. **O Emprego das Unidades de Operações Especiais como Dispositivo Contra o Crime Organizado por Meio da Inteligência e da Gestão Estratégica.** In: SILVA, Luciano Loiola. *Tópicos Emergentes em Operações Especiais Policiais e Ações Táticas.* Brasília: Ultima Ratio, 2021.

TIPA, R. O. Importance of basic life support training for first and second year medical students – a personal statement. **Journal of Medicine and Life.** V. 3, Ed. 4, p. 465- 467, 2010.

VELIZ, C., et al. Ranger first responder and the evolution of tactical combat casualty care. **Journal of special operations medicine : a peer reviewed journal for SOF medical professionals.** V. 10, Ed. 3, p. 90-91, 2010. Disponível em: <<http://www.jsomonline.org/Publications/2010390Veliz.pdf>>. Acesso em: 25/03/2025.

WELLING, D. R. et al. The influence of Dominique Jean Larrey on the art and science of amputations. **Journal of vascular surgery,** v. 52, n. 3, p.790-793, set. 2010. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/20573472>>. Acesso em: 26 mar. 2025.

WILLIAMSON, K., et al. Advances in prehospital trauma care. **Internacional Journal of**

Critical Illness & Injury Science. V. 1, Ed. 1, p. 44-50, 2011.

ZANINI, Marco Tulio; MIGUELES, Carmen Pires; COLMERAUER, Marcio; MANSUR, Juliana. **Os Elementos de Coordenação Informal em uma Unidade Policial de Operações Especiais.** RAC, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 106-125, jan./fev. 2013.